

## Atos Oficiais

### DECRETO Nº 7.254, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021

**Dispõe sobre o credenciamento de Instituições Financeiras e Operadoras de Meios Eletrônicos de Pagamento, e dá outras providências.**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,

#### **DECRETA:**

**Art. 1º** O credenciamento de instituições financeiras e facilitadoras que comprovem participar do arranjo de pagamentos, possuindo contrato firmado com adquirente, banco liquidante e com as principais bandeiras de cartões de crédito, com a finalidade de viabilizar o recebimento de tributos e de outras receitas públicas de competência do Município de RIBEIRÃO PIRES, por meio de cartão de crédito e débito, inscritas ou não em dívida ativa, observará o disposto neste Decreto.

**Art. 2º** A Administração Municipal firmará, sem ônus para o Município, contrato, convênio ou acordo de cooperação técnica com instituições financeiras e operadoras de meios eletrônicos de pagamento nos moldes definidos no artigo 1º, para viabilizar o recebimento de tributos e de outras receitas públicas de que se trata este Decreto.

**Parágrafo único.** O credenciamento, de natureza jurídica precária, não implica compromissos, nem obrigações financeiras ou transferência de recursos entre as partes, bem como não gera direito, de uma à outra, a indenização, contraprestações pecuniárias, ressarcimento e/ou reembolsos.

**Art. 3º** A empresa credenciada deverá disponibilizar solução informatizada para realizar a captura de transações de pagamento por meio de cartão de crédito ou débito nas seguintes plataformas:

- I - Balcão ou Totem (presencial);
- II - Website na internet; ou
- III - Aplicativo - APP para Smartphone.

§1º A solução de que trata o caput deverá estar integrada aos sistemas de arrecadação da Secretaria Municipal de Finanças, que permitirá o acesso ao valor presente do débito, o controle da transação, a conciliação com os recebimentos dos bancos e a emissão em tempo real de relatórios diversos.

§2º A segurança da operação, tanto por via presencial quanto pela internet, é de responsabilidade da empresa credenciada, consubstanciando um risco operacional inerente do negócio financeiro que realiza.

§3º A Secretaria Municipal de Finanças e Administração poderá ceder espaço em suas instalações para que os procedimentos relacionados à quitação de débitos por cartão de pagamento ocorram no mesmo ambiente de atendimento ao contribuinte, sendo que todos os custos decorrentes da instalação, funcionamento e desmobilização correrão por conta da empresa credenciada.

**Art. 4º** As empresas de que tratam os arts. 1º e 2º devem ser autorizadas como adquirentes, subadquirentes, operadoras de meios eletrônicos ou empresas facilitadoras que comprovem participar do arranjo de pagamentos, possuindo contrato firmado com adquirente, banco liquidante e com as principais bandeiras de cartões de crédito por instituição credenciadora supervisionada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), a processar recebimento, inclusive parcelados, mediante uso de cartões normalmente aceitos no mercado.

**Art. 5º** Na integração de sistemas prevista no § 1º do art. 3º, a comunicação entre aplicações da empresa credenciada e da SEFAZ será de forma online, sem intervenção manual.

**Parágrafo único.** É vedada a divulgação ou utilização para outros fins de informações obtidas por meio de quaisquer dos sistemas indicados no caput fora do escopo do arranjo de pagamento.

**Art. 6º** As empresas credenciadas devem apresentar ao interessado os planos de pagamento à vista ou em parcelas dos débitos em aberto, possibilitando ao titular do cartão de crédito ou débito conhecer previamente os custos adicionais de cada forma de pagamento e decidir pela opção que melhor atenda às suas necessidades.

**Art. 7º** O pagamento de tributos e demais receitas municipais por meio de cartão de crédito ou débito, à vista ou em parcelas, compreende o recolhimento do valor à vista e de forma integral na rede arrecadadora e a respectiva

prestação de contas.

**§1º** A modalidade crédito será aceita apenas para pagamentos parcelados.

**§2º** Após a confirmação da aprovação e efetivação da operação por meio do cartão de crédito ou débito pela operadora, a empresa credenciada deverá:

**I** - proceder ao recolhimento integral do valor do débito junto ao estabelecimento arrecadador no mesmo dia da operação financeira relativa ao cartão, quando a operação for realizada até o horário limite para liquidação de pagamento estabelecido pela instituição bancária, e até o dia seguinte, quando a operação for realizada após esse horário;

**II** - prestar contas por transmissão eletrônica de dados no prazo, forma e condições a ser estabelecida pela Secretaria Municipal de Finanças;

**III** - fornecer ao contribuinte a comprovação da quitação do débito emitida pelo estabelecimento arrecadador, mediante autenticação mecânica ou comprovante de pagamento.

**§3º** É vedado, por parte da empresa credenciada, o estorno do pagamento de que trata o inciso I do §2º deste artigo, exceto quando se tratar de ocorrência de duplicidade ou de quitação irregular e, ainda, desde que seja identificado o erro e processado o acerto contábil-financeiro antes do recolhimento da receita arrecadada.

**§4º** A Secretaria Municipal de Finanças e Administração procederá à restituição do indébito mediante processo administrativo.

**§5º** Eventual repasse a maior poderá ser compensado em período subsequente, desde que autorizado pela Secretaria Municipal de Finanças e Administração.

**§6º** A mera apresentação de recibo da operação financeira realizada entre o titular do cartão de crédito ou débito e a operadora do respectivo cartão não comprova a extinção do débito do contribuinte com o Município.

**Art. 8º** Os encargos e eventuais diferenças de valores a serem cobrados por conta da utilização do cartão de crédito ou débito ficam, exclusivamente, a cargo do seu titular.

**Art. 9º** A operação será realizada por conta e risco das instituições integrantes do Sistema de Pagamento Brasileiro - SPB, de modo que eventual inadimplemento por parte do titular do cartão em relação à respectiva fatura não produzirá qualquer efeito em relação ao valor recolhido aos cofres públicos, nem gerará ônus ao Município de RIBEIRÃO PIRES.

**Art. 10.** O credenciamento das empresas interessadas será realizado mediante Edital de Chamamento público, o qual disciplinará as regras para o credenciamento e contratação.

**Art. 11.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das receitas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 12.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 17 de novembro de 2021-307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**  
Secretário de Finanças e Administração

Processo administrativo nº 6087/2021  
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial

**LAUDA VISA Nº30/2021**

**Auto de infração e Imposição de Penalidade** de Tiago Soares de Alencar– Proc. 6262/2021 - **Renovação de Licença Sanitária** de Rita Midori Murakami Proc. 8186/2007 – **Baixa de Responsabilidade Técnica Principal** de Tânia Cristina de Souza Gatti – Drogaria Ribeirão Pires Eireli – Proc. 9252/2011 - **Patricia Bezerra da Silva, Diretora de vigilância Sanitária.**

**LEI Nº 6.693, 02 DE DEZEMBRO DE 2021**

*Aprova o Orçamento Programa que estima receita e fixa a despesa do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires para o exercício financeiro de 2022.*

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta lei aprova o Orçamento Programa que estima a receita e fixa a despesa do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires para o exercício financeiro de 2022, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal da Administração Pública Municipal Direta, referente aos poderes Executivo e seus fundos, e ao Legislativo;

II – O Orçamento da Administração Indireta – Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires – Autarquia criada pela Lei Municipal n.º 4.660, de 11 de dezembro de 2002.

**Art. 2º.** A receita estimada totaliza R\$ 401.021.150,00 (Quatrocentos e um milhões, vinte e um mil e cento e cinquenta reais), especificada nos incisos abaixo:

I – R\$ 372.642.850,00 (Trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e oitocentos e cinquenta reais) do Orçamento da Administração Direta;

II – R\$ 28.378.300,00 (Vinte e oito milhões, trezentos e setenta e oito mil e trezentos reais) do Orçamento do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires.

**Art. 3º.** A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, e das especificações constantes no anexo 02, da Lei nº 4320/64, com o seguinte desdobramento.

**I – RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>368.292.850,00</b>
Receita Tributária	108.681.920,00	
Receita de Contribuições	7.500.000,00	
Receita Patrimonial	1.267.500,00	
Receitas de Serviços	137.800,00	
Transferências Correntes	276.730.130,00	
(-) Deduções da Receita	(35.151.000,00)	
Outras Receitas Correntes	9.126.500,00	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>4.350.000,00</b>
Transferências de Capital	4.350.000,00	
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>372.642.850,00</b>

**II – RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>11.131.600,00</b>
Receita de Contribuições	10.667.600,00	
Receita Patrimonial	262.000,00	
Outras Receitas Correntes	202.000,00	
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>		<b>17.246.700,00</b>
Receita Intra-Orçamentária	17.246.700,00	
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>28.378.300,00</b>

<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>401.021.150,00</b>
-------------------------------	-----------------------

**Art. 4º.** A despesa fixada totaliza R\$ 401.021.150,00 (Quatrocentos e um milhões, vinte e um mil e cento e cinquenta reais), especificada nos incisos abaixo:

I – R\$ 372.642.850,00 (Trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e oitocentos e cinquenta reais) do Orçamento da Administração Direta, distribuída entre os Poderes Legislativo e Executivo;

II – R\$ 28.378.300,00 (Vinte e oito milhões, trezentos e setenta e oito mil e trezentos reais) do Orçamento do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires.

**Art. 5º.** As receitas e despesas públicas da entidade da Administração Indireta, serão discriminadas em seu orçamento próprio, sujeito à aprovação pelo Poder Executivo nos termos do artigo 107 da Lei Federal 4320 de 17 de março de 1964.

**Art. 6º.** Estão plenamente assegurados os recursos para atendimento aos investimentos e projetos em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

**Art. 7º.** Os Fundos Especiais constantes do Orçamento Fiscal somente poderão ter as suas despesas realizadas até o montante correspondente ao efetivo ingresso das respectivas receitas.

**Parágrafo único.** Com base no disposto no “caput” deste artigo, o Poder Executivo suplementará se necessário, as dotações vinculadas aos Fundos Especiais, até o limite de suas efetivas arrecadações.

**Art. 8º.** A despesa total, fixada por Poder, Órgãos e por Função, encontra-se definida com o seguinte desdobramento:

#### **01 – POR FUNÇÃO DE GOVERNO**

Legislativa	11.853.000,00
Essencial à Justiça	3.438.944,00
Administração	27.285.986,00
Segurança Pública	18.259.908,00
Assistência Social	8.015.136,00
Previdência Social	25.654.405,00
Previdência Social – Reserva de Contingência	2.723.895,00
Saúde	116.503.639,00
Educação	90.611.807,00
Cultura	2.218.058,00
Urbanismo	60.028.230,00
Habitação	1.191.935,00
Gestão Ambiental	3.251.600,00
Comércio e Serviços	975.457,00
Desporto e Lazer	4.764.150,00
Encargos Especiais	19.245.000,00
Reserva de Contingência	5.000.000,00

Legislativa	11.853.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>401.021.150,00</b>

## 02 – POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

### I – DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Despesas Correntes	332.598.160,00
Despesas de Capital	35.044.690,00
Reserva de Contingência	5.000.000,00
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>372.642.850,00</b>

### II – DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Despesas Correntes	24.504.405,00
Despesas de Capital	1.150.000,00
Reserva de Contingência	2.723.895,00
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>28.378.300,00</b>
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>401.021.150,00</b>

## 03 – POR ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1 – Poder Legislativo	
1.1 – Câmara Municipal	11.853.000,00
2 – Poder Executivo	
2.1 – Secretaria Chefe de Gabinete do Prefeito	3.289.661,00
2.3 – Secretaria de Assuntos Jurídicos	3.438.944,00
2.4 – Secretaria de Finanças e Administração	44.070.943,00
2.6 – Secretaria de Obras	11.739.767,00
2.9 – Secretaria de Saúde e Higiene	116.503.639,00
2.12 – Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil	<u>19.699.908,00</u>
2.17 – Secretaria de Governo	2.514.429,00
2.18 – Secretaria de Assuntos Estratégicos e Modernização	503.000,00
2.23 – Secretaria de Zeladoria e Manutenção Urbana	47.734.463,00
2.24 – Secretaria de Educação	90.611.807,00
2.25 – Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social	8.282.089,00
2.26 – Secretaria da Juventude, Esporte, Lazer, Cultura e Turismo	6.982.208,00
2.27 – Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenv. Urbano	4.443.535,00
2.28 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda	975.457,00
3 – Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires	
3.1 – Instituto Municipal de Previdência	28.378.300,00

1 – Poder Legislativo	
1.1 – Câmara Municipal	11.853.000,00
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>401.021.150,00</b>

**Art. 9º.** Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares entre programas e ações até o limite correspondente a 10% (dez por cento) da despesa fixada, por esta lei, nos Orçamentos Fiscais e da Previdência Municipal.

**Art. 10.** O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

- I – atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e encargos da dívida e pessoal e encargos;
- II – atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, convênios, parcerias e transferências federais e estaduais;
- III – incorporar o superávit financeiro, apurado no balanço em 31 de dezembro de 2021, ou excesso de arrecadação;
- IV – suplementar dotação utilizando recursos alocados na reserva de contingência.

**Art. 11.** A utilização das dotações com origem de recursos em transferências ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

**Art. 12.** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

**Art. 13.** O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Finanças, fixará diretrizes para execução deste orçamento, visando o perfeito equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a eliminar eventual insuficiência de caixa e adequar a despesa aos limites e parâmetros estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 14.** Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 02 de dezembro de 2021 – 307º Ano da Fundação de 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**  
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 3267/2021 – PMRP  
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial

**Decreto Nº. 7.247 de 10 de Novembro de 2021.**

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar

Clóvis Volpi, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº. 6.517 de 02 de dezembro de 2020

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto no Departamento de Controle Orçamentário da Secretaria de Finanças, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.141.000,00 (Cinco milhões cento e quarenta e um mil reais) destinados a atender as seguintes dotações do orçamento vigente, assim classificadas:

UNIDADE	CLASSIFICAÇÃO	NATUREZA	DESCRIÇÃO	Valor
---------	---------------	----------	-----------	-------



ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL	DA DESPESA		
02.01.01	04.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pes. Civil	600.000,00
02.01.01	04.122.0015.2.136	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	100.000,00
02.04.01	04.122.0015.2.136	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	75.000,00
02.04.01	04.122.0009.2.109	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	60.000,00
02.05.01	04.122.0096.2.096	3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	320.000,00
02.05.01	28.846.0000.0.180	3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais	585.000,00
02.07.02	15.452.0019.2.197	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	600.000,00
02.08.02	12.361.0015.2.139	3.1.91.13.00	Contribuições Patronais	200.000,00
02.08.02	12.361.0015.2.139	3.3.90.49.00	Auxílio Transporte	75.000,00
02.09.03	10.302.0053.2.283	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	2.260.000,00
02.10.03	08.244.0068.2.265	3.3.90.32.00	Material de Distribuição Gratuita	173.000,00
02.13.01	18.122.0015.2.136	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	30.000,00
02.13.01	18.122.0015.2.136	3.1.91.13.00	Contribuições Patronais	35.000,00
02.13.01	18.122.0035.2.191	3.3.90.30.00	Material de Consumo	7.000,00
02.13.01	18.122.0035.2.286	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	1.000,00
02.13.01	18.122.0015.2.136	3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação	20.000,00
			<b>TOTAL</b>	<b>5.141.000,00</b>

Art. 2º- O valor do crédito adicional suplementar indicado no Artigo 1º, será coberto com redução parcial das seguintes dotações do orçamento vigente, assim classificadas:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	Valor
02.04.01	04.122.0009.2.109	3.3.90.30.00	Material de Consumo	60.000,00
02.05.01	28.846.0000.0.180	3.1.90.91.00	Sentenças Judiciais	190.000,00
02.05.01	28.846.0000.0.180	4.4.90.91.00	Sentenças Judiciais	255.000,00
02.05.01	28.843.0000.0.180	4.6.90.71.00	Principal Cor.Div. Contratual Resgatada	320.000,00
02.05.01	28.841.0000.0.180	4.6.90.77.00	Principal Cor.Div. Contratual Refinanciada	140.000,00
02.05.01	99.999.9999.2.999	9.9.99.99.00	Reserva de Contingência	2.260.000,00
02.09.02	10.301.0015.2.137	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pes. Civil	1.135.000,00
02.10.03	08.244.0068.2.265	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	173.000,00
02.13.01	18.122.0035.2.095	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	8.000,00
02.07.02	15.451.0021.2.212	3.3.90.30.00	Material de Consumo	600.000,00
			<b>TOTAL</b>	<b>5.141.000,00</b>

Art. 3º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

2.021 – 307º. Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI  
Prefeito

RANGEL FERREIRA  
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO  
Secretário de Finanças e Administração

Publicado no Órgão de Imprensa Oficial  
Processo n.º 128/2021

### **LEI Nº 6.695, 02 DE DEZEMBRO DE 2021**

**Altera a Lei Municipal nº 5.751, de 25 de setembro de 2013, para incluir o artigo 80-G “Da Taxa Administrativa”, que dispõe sobre a majoração do percentual da alíquota da Taxa de Administração do IMPRERP – Instituto de Previdência de Ribeirão Pires e sua destinação, em atenção a Portaria SEPRT/ME nº 19.451 de 18 de agosto de 2020, e dá outras providências.**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** A Lei Municipal nº 5.751, de 25 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação: “**Art. 80-G.** A Taxa de Administração para o custeio das despesas correntes e de capital, necessárias à organização e ao funcionamento do órgão ou entidade gestora do RPPS, inclusive para conservação de seu patrimônio, será de 3,0% (três por cento) e observará o disposto nos seguintes parâmetros:

**I** - limitação dos gastos com as despesas custeadas pela Taxa de Administração, ao percentual disposto no caput deste artigo, aplicado sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício financeiro anterior.

**§1º** A Taxa de Administração de que trata este artigo, destinada ao atendimento das despesas de que trata o §2º e embasada na avaliação atuarial do RPPS, na forma do disposto no art. 51 da Portaria MF nº 464, de 2018, seja elevada em 20% (vinte por cento), ficando os limites alterados 3,6% (três inteiros e seis centésimos por cento).

**§2º** Os recursos adicionais decorrentes da elevação de que trata o §1º deverão ser destinados exclusivamente para o custeio de despesas administrativas relacionadas à:

**I** - obtenção e manutenção de certificação institucional no âmbito do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, podendo os recursos ser utilizados, entre outros, com gastos relacionados à:

- a) preparação para a auditoria de certificação;
- b) elaboração e execução do plano de trabalho para implantação do Pró-Gestão RPPS;
- c) cumprimento das ações previstas no programa, inclusive aquisição de insumos materiais e tecnológicos necessários;
- d) auditoria de certificação, procedimentos periódicos de autoavaliação e auditoria de supervisão; e
- e) processo de renovação ou de alteração do nível de certificação.

**II** - atendimento dos requisitos mínimos relativos à certificação para nomeação e permanência de dirigentes do órgão ou entidade gestora do RPPS, do responsável pela gestão dos recursos e dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos, conforme previsto no inciso II do art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998, e regulação específica, contemplando, entre outros, gastos relacionados à:

- a) preparação, obtenção e renovação da certificação;
- b) capacitação e atualização dos gestores e membros dos conselhos e comitê.

**§3º** A taxa de administração será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital, necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS do Município, inclusive para conservação do seu patrimônio.



**§4º** Na verificação da utilização dos recursos destinados à taxa de administração, não serão computadas as despesas diretamente decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros, conforme regulamentação editada pelo Conselho Monetário Nacional.

**§5º** O IMPRERP poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração.

**§6º** A aquisição, construção ou reforma de bens imóveis com os recursos destinados à taxa de administração, restringem-se aos destinados ao uso próprio do IMPRERP, sendo vedada a utilização desses bens para investimento ou uso por outro órgão público ou particular, em atividades assistenciais ou quaisquer outros fins não previstos no §4º deste artigo.....” (NR)

**Art. 2º** Fica revogado o §4º do artigo 80 da Lei 5.751/2013.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 02 de dezembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**  
Secretário de Finanças e Administração

**CLAYTON SOARES DOS SANTOS**  
Superintendente do IMPRERP

Processo Administrativo nº 054/2021 – IMPRERP  
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial

#### **LEI Nº 6.696, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021**

**Estabelece a adequação da alíquota de contribuição previdenciária e altera dispositivos da Lei nº 5.751 de 25 de setembro de 2013, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires - IMPRERP, e dá outras providências.**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica estabelecida a alíquota de contribuição previdenciária destinada ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Ribeirão Pires, nos termos do §4º do artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

**Art. 2º** O §1º, do art. 80 da Lei nº 5.751 de 25 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 80 .....

**§1º** A contribuição previdenciária dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Município, inclusive da Administração Indireta e do Poder Legislativo, será de 14% (quatorze por cento), incidindo sobre a base de contribuição prevista nos artigos 60 e 61 desta Lei.

I – (REVOGADO);  
II- (REVOGADO);  
III – (REVOGADO);  
IV – (REVOGADO);  
V – (REVOGADO);  
VI – (REVOGADO).

**Art. 3º** Esta lei entrará em vigor no primeiro dia do quarto mês subsequente ao da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 02 de dezembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**

**Secretário de Finanças e Administração**

**CLAYTON SOARES DOS SANTOS**

**Superintendente do IMPRERP**

Processo Administrativo nº 145/2021 – IMPRERP

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial

#### **LEI Nº 6.698, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021**

**Revoga a Lei Municipal nº 3.117, de 1º de novembro de 1988, que denomina Praça “João Gomes”.**

**CLOVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica revogada a Lei Municipal nº 3.117, de 1º de novembro de 1988, que denomina Praça “João Gomes”.

**Art. 2º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 02 de dezembro de 2021 – 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**RICARDO NARDELLI JÚNIOR**

**Secretário de Governo**

Processo administrativo nº 7302/2011 – PMRP

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial

## ERRATA REFERENTE À PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 33.605/2021

Na Portaria nº. 33.605/2021, publicada em 03 de Dezembro de 2021, onde se lê: "PORTARIA Nº. 33.605, de 29 de Setembro de 2021" leia-se "PORTARIA Nº. 33.605, de 29 de Outubro de 2021".

PORTARIA Nº. 33.644, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021. NOMEAR a pessoa abaixo relacionada para, nos termos do Artigo 7º. e seguintes da Lei nº. 4.217, de 17 de Dezembro de 1998 – Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município de Ribeirão Pires, exercer o cargo efetivo de Orientador de Arte - Dança, com lotação na Secretaria da Juventude, Esportes, Lazer, Cultura e Turismo:

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	CLASS.
0357004127	PRISCILA MENDES OLIVEIRA RODRIGUES	345684059	1

A pessoa acima nomeada, de acordo com o disposto na Lei nº 6.123, de 03 de Novembro de 2016, deverá tomar posse do cargo no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias, contados da publicação da presente portaria, decaindo do direito de posse se não o exercer no prazo. Para a posse deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos, localizado na Rua Miguel Prisco, nº 288 – Paço Municipal – Centro, no horário das 09:00 às 17:00 horas. Processo nº 5573/2021

PORTARIA Nº. 33.665, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021. RETIFICAR a Portaria nº. 33.511, de 21 de Setembro de 2021 para que onde lê-se "exercer em comissão o cargo de Diretor de Cultura" leia-se "exercer em comissão o cargo de Diretor da Escola Municipal de Artes". Processo nº 2006/2005

EDITAL DISPONÍVEL: O Pregoeiro faz saber a todos os interessados que com relação ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 119/2021, Processo de Compras nº 4091/2021, que trata do Registro de preços para fornecimento de emulsão asfáltica, foi recebido tempestivamente a impugnação ao edital, para no mérito DEFERIR parcialmente a impugnação impetrada pela empresa CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda, ficando, portanto, REMARCADA a presente licitação conforme segue: período para cotação das 11:00 horas do dia 06/12/2021 às 08:00 horas do dia 15/12/2021. Período para lances: 15/12/2021 a partir das 09:00 horas. Maiores informações serão fornecidos na Gerência de Suprimentos, através do fone (11) 4828-9860. O edital com as devidas alterações, poderá ser obtido através do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ou [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br). Ribeirão Pires, 03 de Dezembro de 2021. Douglas Menezes Souza - Pregoeiro.

EDITAL DISPONÍVEL: A Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, através da Secretaria da Juventude, Esportes, Lazer, Cultura e Turismo, TORNA PÚBLICO a CHAMADA PÚBLICA N.º 004/2021, para credenciamento de profissionais grafiteiros para o Projeto Mar-Museu de Arte de Rua. Recebimento de Inscrições: das 14:00 horas do dia 06/12/2021 às 17:00 horas do dia 21/12/2021, no portal eletrônico da Prefeitura através do endereço: <http://www.ribeiraopires.sp.gov.br>. Ribeirão Pires, 03 de Dezembro de 2021 - Emerson Aparecido Gilarde - Presidente da Comissão.

A Secretaria de Assistência, Participação e inclusão social torna público os nomes dos candidatos que se inscreveram ao Conselho de Promoção da Igualdade Racial- Compir 2022- 2024

Bruno Almeida de Lima  
Camila Araújo dos Santos Melo Elza da Silva Carlos  
Everton Patrick Vido Gilson Germano Cascardi  
Jaqueline Cardoso de Carvalho Manoel Messias Pereira dos Santos Marcela Marques  
Otávio Ferreira Silva Priscila Paulino de Moura Ricardo Di Giorgio Rodrigo Silva Cardoso

**CMPC – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL**

**CONVOCATÓRIA N.º 016.2021.** Joécio da Silva Santana, presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, instituído pela Lei Municipal 5.932, de 11 de dezembro de 2014, convoca seus membros titulares e suplentes, nomeados pelo Decreto Municipal n.º 7.162, de 04 de maio de 2021, para a **13ª Sessão Ordinária**, a ser realizada no dia **07 de novembro de 2021**, às 10:00 (dez horas), em formato híbrido, na Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, situada à Rua João Domingues de Oliveira, 12. A sessão também será transmitida por meio de videoconferência pelo aplicativo Google Meet através do endereço <https://meet.google.com/nhd-nbpj-bfu>. As ausências deverão ser justificadas formalmente, sob pena de aplicação do art. 9º, §2º, do Regimento Interno (Decreto Municipal 6.638/2016). **PAUTA:** Chamada; Formação do plenário; Leitura, votação e assinatura de ata da sessão anterior; **ORDEM DO DIA:** 1) Deliberações: não haverá. 2). Expediente: 1) **Comunicações do CMPC:** a) Devolutiva por escrito do Conselho sobre revogação de leis do setor cultural por motivo de caducidade; 2) **Resposta da SEJEL a requerimentos do CMPC:** a) Dotação orçamentária para a Cultura em 2022; b) Programas

para fomento à dramaturgia local; 3) Informações sobre o acervo da Biblioteca de Artes; c) Informação sobre gastos com a Cultura (Portal da Transparência); d) Compra de domínio para a implementação do SMIIC; e) Processo eleitoral das cadeiras vagas do CMPC. 3) **Oitivas:** Dirigente da EMARP, para prestar informações sobre o andamento dos cursos e planejamento para 2022. **ENCERRAMENTO.** Para fins de organização e registro de ata, solicitamos aos observadores interessados em participar enviem seus nomes completos para o e-mail [cmpec@ribeiraopires.sp.gov.br](mailto:cmpec@ribeiraopires.sp.gov.br). PUBLIQUE-SE.

#### **LEI Nº 6.697, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021**

**Autoriza o Poder Executivo a celebrar termo aditivo ao contrato de confissão, consolidação e refinanciamento de dívidas, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1969-11, na Resolução nº 37/99, do Senado Federal, no Decreto nº 3099/99, e na Lei Municipal nº 4278/99, firmado com a União ao amparo da Medida Provisória nº 2185-35, de 24 de agosto de 2001, e suas edições anteriores, para estabelecimento das alterações autorizadas pela Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.**

**CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:**

**Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termo aditivo ao Contrato de Confissão, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, nos Termos do disposto na Medida Provisória nº 1969-11, na Resolução nº 37/99, do Senado Federal, no Decreto nº 3099/99, e na Lei Municipal nº 4278/99, firmado com a União ao amparo da atual Medida Provisória nº 2185-35, de 24 de agosto de 2001, e suas edições anteriores, nos termos da Lei Municipal nº 4.278/99.**

**Art. 2º - O aditivo de que trata esta Lei será formalizado mediante observância dos termos e condições estabelecidos pela Lei Complementar nº 173, de 2020, para alteração das condições do contrato aditado.**

**Art. 3º - Permanecem vinculadas ao refinanciamento de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, em garantia das obrigações assumidas no contrato de refinanciamento e seus aditivos, as receitas de que tratam os artigos 156, 158, 159 inciso I, alínea "b" e parágrafo 3º, da Constituição Federal, nos termos do § 4º do Art. 167 da Constituição Federal e Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.**

**Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.**

**Art. 5º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos ao Contrato a que se refere o artigo primeiro.**

**Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 02 de dezembro - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**  
**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**  
**Secretário de Finanças e Administração**

Processo administrativo nº 387/2000  
Publicada no órgão da imprensa oficial.

**LEI Nº 6.699, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021**

**Altera dispositivos da Lei nº 6.291, de 13 de setembro de 2018, alterada pelas Leis 6.572/2021, 6.577/21, 6.584/21 e 6.632/2021, 6.657/2021 e 6.680/2021, que dispõe sobre Plano de Cargos, Salários e Carreira dos Funcionários Municipais de Ribeirão Pires, e dá outras providências. -**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica alterado o Anexo III, Quadro Complementar B – QCB – Cargos de Livre Provimento e o anexo IX- Descrição dos Cargos de Livre Provimento, na Lei nº 6.572, de 23 de abril de 2021.

**Art. 2º.** Em razão do disposto no artigo 1º desta lei, o anexo, III e o anexo IX, da Lei nº 6.572, de 23 de abril de 2021, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**I –** Ficam incluídos no Anexo III da Secretaria da Juventude, Esportes, Lazer, Cultura e Turismo, os seguintes cargos:

**ANEXO III**

SECRETARIA	CARGO	PRÉ-REQUISITOS	QUANT.	CLASSE
<b>SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTES, LAZER, CULTURA E TURISMO</b>	ASSESSOR DE ATIVIDADES ESPORTIVAS	ENSINO MÉDIO	1	76
	RESPONSÁVEL DE EQUIPE DE ATENDIMENTO DE USUÁRIOS	ENSINO FUNDAMENTAL	3	73

**II -** Fica incluído no Anexo IX – a descrição do cargo de Assessor de Atividades Esportivas

**ANEXO IX**

**ASSESSOR DE ATIVIDADES ESPORTIVAS**

Assessorar na coordenação e orientação na execução dos projetos e atividades esportivas, afetos à Divisão de Esportes, responder pelos encargos atribuídos; assessorar e orientar a execução das atividades esportivas, de acordo com o cronograma aprovado, em busca do cumprimento das metas de governo; acelerar a eficiência e reduzir os custos operacionais dos projetos e atividades sob sua responsabilidade; analisar e opinar nos processos que lhe tenham sido distribuídos por autoridade superior cujos assuntos se relacionem com as atribuições da Divisão de Esportes; assessorar na apresentação de relatórios anuais de planejamento e relatórios de atividades ao titular da Pasta, ouvir sugestões e discutir assuntos de interesse da Divisão.

**Art. 3º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 02 de dezembro de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**  
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 6936/2018 -PM  
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial